



entende o currículo como o conjunto de atividades da escola que afetam, direta e indiretamente, o processo de transmissão-assimilação e produção do conhecimento, com foco na concepção de homem que se quer formar e transformar e de sociedade que se pretende ajudar a construir.

Para Vasconcellos (2008, p.55) “do ponto de vista teórico metodológico, o currículo coloca-se no plano da mediação, do caminho para concretizar a finalidade maior expressa no PPP”. O que observamos é o enorme distanciamento entre o Projeto Político-Pedagógico e a Proposta Curricular, ou seja, o currículo.

É neste sentido que este estudo se faz necessário, uma vez que avaliação do PPP, no que tange o currículo, se constitui como um instrumento de gestão, tendo em vista a necessidade de articulação em ambos para que se cumpra a função social da escola que é a formação da cidadania, o desenvolvimento integral e o sucesso dos educandos.

CONSTRUINDO CONCEITOS

Projeto Político-Pedagógico

Não se pode pensar a escola como um modelo ideal e não flexível, uma vez que ela vai se construindo de acordo com os sujeitos nela inseridos e com a dinâmica cotidiana. Por esta razão um conceito fundamental presente na escola é o de Projeto.

No plano epistemológico, projeto é “o que lança para adiante”, é movimento. “É ação, organizada e prospectiva que articula as práticas, segundo esquemas estabelecidos, que arranja o presente e o liga à visão de futuro” (DIAS SOBRINHO, 1992, p. 07).

Ele se faz necessário em uma instituição escolar no que tange à sua razão de existência com vistas, também, a planejar o que se deseja fazer e realizar com o objetivo de transformar a realidade e garantir a sua função social: de formação da cida-



dania, do desenvolvimento integral e o sucesso dos educandos. Mas, faz-se necessário compreender que esse instrumento visa antever uma realidade diferente da que está posta. Assim, Godotti (apud VEIGA, 2009, p. 12) destaca que,

Todo projeto supõe *rupturas* com o presente e *promessas* para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

E, o espaço para consecução dessa ação é escola que permite a implementação e a avaliação de seu projeto educativo (VEIGA, 2009). Neste sentido, é importante valorizar a história da instituição e de seus sujeitos, sendo necessário avançar, adequando à sua proposta as mudanças ocorridas na sociedade e na cultura vigente.

A Lei no. 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que regulamentou a gestão democrática, apresenta a necessidade de a escola elaborar e executar o seu projeto educativo, denominado Projeto Político-Pedagógico – PPP, cujo enfoque principal é retratar a identidade dessa instituição de ensino.

Tem-se, portanto, a necessidade de buscar clareza no seu ponto de vista conceitual. Assim, é um projeto político no sentido de compromisso com a formação do educando para um tipo de sociedade e é um projeto pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias para que essa instituição cumpra seu propósito e sua identidade (VEIGA, 2009).

Esse documento, enquanto expressão de identidade da instituição escolar visa nortear, direcionar o cotidiano desse es-



paço no que tange não só a dimensão pedagógica, mas também a formação do cidadão para a sociedade a qual está inserido.

Assim, cada escola precisa ter seu Projeto Político-Pedagógico, uma vez que ele é o documento oficial de apresentação da instituição e como a ação pedagógica retrata uma dada realidade, que é complexa e única, e a intenção de transformação não é igual para todas. Daí a necessidade de conhecer a realidade existente, para intervir e propor uma nova perspectiva na instituição.

Enquanto plano global da escola; implica, enquanto processo, dois pontos fundamentais: um relacionado à sua elaboração, enquanto expressão da sua identidade, de suas opções, de sua visão e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do vem sendo, e, o outro, enquanto realização interativa, onde se pode colocar em prática àquilo que foi projetado, acompanhado de avaliação.

Fruto de uma gestão democrática conta com a participação de todos os envolvidos na comunidade escolar (gestores, orientadores, professores, pais, alunos, funcionários e membros da comunidade local) conforme se vê através do texto da Lei no. 9.394/96:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Elimina-se, portanto, qualquer centralidade nas ações a serem desenvolvidas e qualquer tipo de imposição e autoritarismo e favorece o sentimento de pertença entre todos os envolvidos e garante o comprometimento com a proposta educacional. E mais, propicia a autonomia pedagógica, também prevista em



lei, visando uma educação de qualidade, motivo esse que torna importante a construção do PPP.

Para elaboração desse projeto é necessário um compromisso entre todos os envolvidos, ousadia, reflexão, desejo de renovação e, sobretudo participação. Pois, é o planejamento participativo que permite aclarar uma teoria educacional para a construção de um referencial teórico comum, capaz de manter a organização e a coerência entre os elementos da mudança a ser realizada.

Assim, esse documento não deve ser algo que é elaborado somente para cumprir uma mera formalidade e não ser de fato seguido como um direcionamento na instituição de ensino, mas que deve ser a orientação no dia-a-dia da desse espaço. É o alicerce para a ação transformadora da instituição que planeja, é o guia da prática cotidiana, é a identidade em ação.

Mas, vale destacar que o mesmo não é estanque, imutável. Por isso, Vasconcellos destaca que o mesmo “pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar” (2000, p.169).

É necessário que o mesmo seja sempre revisto adequado e reconstruído, pois haverá sempre a necessidade de mudança de uma realidade existente para uma realidade desejada.

Para a construção do PPP, é necessário, também, pensar-se nos componentes que irão formá-lo, em termos de visão multicultural e de inclusão que a escola pretende desenvolver, da avaliação e da perspectiva de tratamento do currículo, o qual será especificado no tópico a seguir.

Currículo e a Avaliação Curricular

Para iniciar uma discussão sobre o currículo e sua relação com o cotidiano da escola é necessário sua definição. Na sua



origem a palavra currículo, vem do latim *curriculum*, que significa “pista de corrida” ou simplesmente “corrida”.

O referencial teórico escolhido para essa análise são as teorias críticas e pós-críticas do currículo, pois as mesmas argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica e desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder (SILVA, 2005).

No contexto das teorias críticas o currículo é, definitivamente, um espaço de poder e, portanto, uma construção social. Seu foco está nos seguintes questionamentos: Por que este conhecimento integra o currículo e não outro? Por que alguns conhecimentos são considerados válidos e não outros? Que interesses e relações de poder contribuem para a inclusão desses conhecimentos e a exclusão de outros?

Para as teorias pós-críticas, as questões acima mencionadas continuam, ou seja, enfatiza que o currículo não pode ser compreendido sem uma análise das relações de poder nas quais ele está envolvido, mas o poder nessas teorias torna-se descentrado. Não há oposição entre poder e conhecimento.

Assim, segundo Silva (2005, p.150),

[...] depois das teorias crítica e pós-críticas, não podemos mais olhar para o currículo com a mesma inocência de antes. O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confiaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem percurso. [...] No currículo se forja nossa identidade.

Neste sentido, o currículo não é mais visto como um corpo neutro de conhecimentos, mas como um campo ligado às estruturas sociais e econômicas de uma determinada sociedade, ou seja, carrega consigo certa intencionalidade.

O currículo escolar é uma produção social, resultado da luta de interesses entre os membros de diferentes contextos,



isto é, de realidades distintas, de grupos sociais diversos. Trata-se do conhecimento selecionado e organizado socialmente e que é essencial no processo de aprendizagem dos educandos (MEDEL, 2008, p. 89).

A contribuição das teorias, acima mencionadas, ajudam a compreender o currículo como saber, poder e identidade (SILVA, 2005). “É trajetória, caminho a ser seguido, é rota, é trilha, ou seja, é o que nos tornamos em formação, é a nossa identidade. O currículo congrega experiências, práticas, teorias, conceitos e conteúdos diversos” (CAMPOS, 2007, p.33).

Assim, o currículo pode ser entendido como um “guia” que orienta o curso, o caminho a ser percorrido, e cabe à instituição a responsabilidade de fundamentar, implementar e avaliar a sua proposta curricular (ARIEH, 1979).

Avaliando o Currículo e o Projeto Político Pedagógico

O currículo constitui a essência do projeto pedagógico de uma escola, uma vez que o integram espaços sociais, as manifestações, discursos, crenças, escolhas metodológicas, tensões sociais, a organização do trabalho pedagógico, dentre outros elementos que favorecem o processo de transmissão-assimilação e produção do conhecimento, com foco na concepção de homem que se quer formar e de sociedade que se pretende ajudar a construir.

Assim, a construção do PPP deve ressaltar que o currículo não é neutro, ou seja, os envolvidos devem pensar multiculturalmente, uma vez que as pessoas são portadoras de cultura, gênero, raça, linguagem, crenças religiosas, histórias de vida e outros aspectos relacionados à sua identidade que definem a participação dos envolvidos na elaboração do projeto da escola e sua aproximação maior com um grupo ou outro (MEDEL, 2008 e ARIEH, 1979).

Segundo Levy Arieih (1979) a proposta de avaliação curricular abrange os pressupostos teórico-metodológicos que a nor-



teiam o currículo e a avaliação. Isso requer uma sintonia com o referencial teórico do PPP; as finalidades e objetivos educacionais da escola; as metas relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem; a organização e desenvolvimento curricular, dentre outros fatores, que podem fortalecer o conhecimento didático indispensável à execução bem sucedida do PPP e a sua avaliação.

O desenho curricular funciona como uma carta de navegação. É por este documento de identidade que indica o caminho da formação sugerido pelo planejamento da instituição escolar, em que, por meio do Projeto Pedagógico, se institucionaliza a escola como *locus* do saber sistematizado. A escola desenvolve, na produção e na socialização do conhecimento, a realização da sua função social. Neste sentido, é pelo currículo que se sistematiza o conteúdo de ensino que é básico para a exposição dos modelos de formação. O currículo pode ser entendido como uma cartografia dos territórios que mapeiam a cultura escolar: no seu interior se vivenciam as representações das pedagogias que disputam os espaços contrastantes da ambiência e dos discursos que abrigam as narrativas mediadas pelas didáticas, pelas metodologias e pelo planejamento, fundamento que integrando-se à experiência e à reflexão, constituem os saberes que, no plano epistemológico, se gestam nas práticas docentes. Portanto, o currículo no seu interior é entrecortado pelas relações de poder que o concebem e tencionam os opostos – o currículo oficial e o currículo oculto (CAMPOS, 2008, p.28).

Conclui-se, portanto, que a função do currículo, elemento chave do PPP de uma escola, é organizar os conteúdos de ensino sistematizando-os em uma ascensão complexa em que o conteúdo se apóia na estruturação dos conhecimentos que serão trabalhados na escola. E, cabe a gestão escolar verificar a articulação do currículo e PPP para que se realize a avaliação curricular em que se analisa como a escola cumpre a sua função. Portanto, a avaliação curricular pode indicar as refe-



rencias de mudanças que se elaboram no interior da escola por meio das suas práticas curriculares e da organização do PPP (ARIEH, 1979).

Conclusão

O presente artigo, fruto de pesquisa bibliográfica CRÍTICA teve por objetivo clarificar a importância da avaliação curricular no que tange a efetivação do PPP de uma unidade escolar.

Assim, a avaliação do currículo contribui para a análise do projeto pedagógico, e mais especificamente, do currículo, como instrumento de gestão, deve ser realizada sistematicamente na gestão da escola. Sendo assim, a função avaliativa do projeto pedagógico

... pode revelar a real situação de articulação ou desarticulação em que se encontra o curso; uma explicitação clara e aberta, das próprias limitações e possibilidades do curso, das condições institucionais possíveis para pôr em ação o que se propõe em termos de formação universitária. É portanto uma exigência de aprofundamento o conhecimento da realidade do curso e da própria realidade institucional. A função avaliativa indica situações problemáticas e alternativas para correções de rumos (crítica e propostas). É portanto um instrumento dialético de identificação de novos rumos para o curso, a partir da reflexão sobre a sua realidade, buscar possibilidades de superação da não-qualidade. (SILVA, p. 80, 2000).

Nesta perspectiva, há um vínculo entre projeto pedagógico e avaliação, uma vez que essa é inerente ao processo de construção por permitir uma avaliação dos momentos pelos quais o curso passou, sua história e sua situação presente, exigindo reflexão permanente. Por isso a avaliação sistemática é a estratégia básica que dá vitalidade ao projeto (SILVA, 2000).



Sob o ponto de vista da avaliação curricular, destaca-se o modelo difundido no Brasil na década de 1990, proposto por Saul (1988), que o alçou como o “paradigma da avaliação emancipatória” que será caracterizado a seguir:

A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando à crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta e indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem as suas próprias ações. (SAUL, 1988, p. 61).

O currículo que dispensa a avaliação guarda e fecunda problemas que não querem ser resolvidos e deixa seus alunos e alunas reféns dessa alienação (ARIEH, 1979).

Neste sentido, segundo Arieih (1979) a trajetória pedagógica estruturada pelo currículo requer avaliação permanente, pois com base na avaliação curricular se pode verificar a função as diferentes disciplinas, dos conteúdos e das práticas na estrutura curricular, sendo possível observar o êxito ou não do está proposto no PPP. E se não estiver articulado a avaliação curricular pode apontar os mecanismos para detectar as falhas do processo a fim de atingir o objetivo proposto.

Referências

- ARIEH, Lewy (Org.). *Avaliação de Currículo*. São Paulo: EPU e Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- BRASIL. **Lei no. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.



CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Educação: utopia e emancipação**. Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará - UFC, 2008.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**, Petrópolis: Vozes, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade: projeto, qualidade, avaliação e autonomia**. Pro-Posições, Campinas, vol. 3, n. 1, março, 1992.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto Político-Pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob. **A Elaboração do Projeto Pedagógico como Elemento de Formação do Profissional da Educação**. In: RBPAE, v.15, n.1, jan/jun, 1999.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Ana Célia Bahia. **Projeto Pedagógico: instrumento de gestão e mudança**. Belém: Unama, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento: processo de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VASCONCELOS, Celso. **Projeto Político Pedagógico e Proposta Curricular**, In: **Revista Aprendizagem**, Curitiba – Paraná, Editora Melo, Ano 2, no. 5, Março/Abril, 2008. ISSN: 1981-5913.

VEIGA, Ilma Passos (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 26. ed. Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 2009.